

**ATA DA XVIII REUNIÃO ORDINÁRIA DO  
CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS – CNRH**

**Abertura.** Às nove horas e cinquenta minutos do dia dezesseis de outubro de dois mil e sete, no Auditório Térreo do Ministério de Minas e Energia, em Brasília-DF, com a constituição da mesa pela Ministra Marina Silva, Presidente do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, pelo Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário Executivo do CNRH, pelo Sr. Cláudio Scliar, Secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, e pelo Sr. Márley Caetano de Mendonça, Gerente de Apoio ao CNRH da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano (SRHU) do Ministério do Meio Ambiente (MMA), que apoiaria a condução dos trabalhos, instalou-se a XVIII Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Recursos Hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** saudou os presentes e declarou aberta a sessão. Em seguida, passou a palavra ao **Sr. Cláudio Scliar (MME)** que primeiramente cumprimentou os presentes e agradeceu a realização dessa reunião do CNRH que muito honrava o Ministério das Minas e Energia (MME) como anfitrião. Justificou a ausência do Sr. Nelson José Hubner Moreira, Ministro de Minas e Energia, o qual estava em viagem. Disse que o MME reconhece a importância do CNRH para o debate da gestão dos recursos hídricos com objetivo de melhorar o aproveitamento de um recurso natural tão importante para a sociedade. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu ao Sr. Cláudio Scliar e passou a palavra à Ministra Marina Silva para seu pronunciamento. Com a palavra, a **Ministra Marina Silva** iniciou dando bom dia aos conselheiros e presentes, cumprimentando de forma especial o Sr. Eustáquio Luciano Zica, Secretário da SRHU/MMA, o Sr. João Bosco Senra, Diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA, e o Sr. José Machado, Diretor Presidente da Agência Nacional de Águas, e prosseguiu falando da sua satisfação em estar nessa reunião do CNRH num momento tão importante para o processo de gestão do MMA, o qual sofreu uma série de mudanças para aperfeiçoamento de suas ações. Destacou a inserção da questão do ambiente urbano na agenda de trabalho da antiga Secretaria de Recursos Hídricos, considerando o atendimento das demandas dos ambientes urbanos e o desenvolvimento de políticas integradas voltadas para o fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH. Mencionou que no próximo ano será comemorado os 10 anos de instalação do CNRH, um momento para celebrar uma conquista da sociedade e dos gestores que se dedicam a gestão dos recursos hídricos. Lembrou que o Plano Nacional de Recursos Hídricos é um dos frutos da Lei das Águas, sendo resultado do trabalho de diversos segmentos da sociedade e dos governos federal e estaduais. Convidou todos os Conselheiros para participarem do I Encontro Nacional de Colegiados Ambientais, de 16 a 18 de outubro de 2007, em Brasília, o qual reunirá representantes dos conselhos nacionais, estaduais e municipais da área ambiental, assim como dos comitês de bacia hidrográfica. O objetivo será proporcionar um momento de intercâmbio de experiências e debate sobre a participação social na gestão ambiental. Lembrou que a SRHU/MMA irá promover nos dias 5, 6 e 7 de novembro, em Brasília, o Seminário “Recursos Hídricos no Ambiente Urbano”. O objetivo do evento é iniciar a construção de uma agenda de trabalho comum que busque a integração dos sistemas de recursos hídricos e a gestão ambiental. Destacou o encaminhamento ao Congresso Nacional do anteprojeto de lei que dispõe sobre as diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos, institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos, e dá outras providências. Ressaltou que vivemos um momento especial com o último prêmio Nobel da Paz atribuído ao ex vice-presidente norte-americano Al Gore e ao Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas das Nações Unidas pelos esforços de difusão de conhecimentos sobre as mudanças climáticas provocadas pelo Homem e pela luta contra estas alterações. Disse que, nesse contexto, a questão dos recursos hídricos se reveste de grande importância na mitigação, adaptação e enfrentamento das vulnerabilidades decorrentes. Por fim, agradeceu ao MME pela recepção e parabenizou o esforço de todos os Conselheiros do CNRH e desejou ao Sr. Eustáquio Luciano Zica sucesso no grande desafio de fazer a gestão democrática e compartilhada dos recursos hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu as palavras e a presença da Ministra Marina Silva. Em sua fala de abertura, o Secretário Executivo do

53 CNRH destacou sua satisfação em realizar a reunião do CNRH no auditório do MME, no qual teve  
54 oportunidade de, como Deputado Federal, discutir o modelo do setor elétrico brasileiro. Enalteceu a  
55 importância da presença de todos os conselheiros até o final da sessão e a participação ativa nas  
56 discussões das matérias da pauta. Mencionou que a proposta de integração de atribuições e  
57 responsabilidades no âmbito da SRHU/MMA foi extremamente positiva. Disse que, ao contrário da  
58 aparente redução da importância do debate das políticas integradas de gestão de recursos hídricos, a  
59 nova estrutura está permitindo a integração da questão dos resíduos sólidos e do saneamento com a  
60 gestão dos recursos hídricos. Comentou que o encaminhamento da proposta de projeto de lei que  
61 dispõe sobre as diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos e institui a Política Nacional de Resíduos  
62 Sólidos foi uma das principais tarefas atribuídas a ele pela Ministra Marina Silva ao assumir a  
63 Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Comentou que esse projeto estabelece uma  
64 sintonia com a Lei de Saneamento, a Lei dos Consórcios Públicos, a Lei de Crimes Ambientais,  
65 bem como com a Lei das Águas. Enfim, apresenta uma complementação do arcabouço de  
66 sustentação das políticas nacionais de saneamento ambiental. O projeto de lei estabelece  
67 responsabilidades dos atores competentes e instrumentos para a gestão dos resíduos sólidos, como,  
68 por exemplo, a logística reversa, que trata dos aspectos de retornos de produtos, embalagens ou  
69 materiais ao seu centro produtivo, a qual é um instrumento econômico, ambiental e social  
70 indispensável. Por fim agradeceu a presença da Ministra, que se retirou da reunião, e deu início aos  
71 trabalhos solicitando ao Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA) que verificasse o quórum  
72 do Plenário. Com número suficiente de Conselheiros para os trabalhos deliberativos, o **Sr.**  
73 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu o quórum e solicitou que este fosse mantido  
74 até o final da reunião, e lembrou que a mesma terá continuidade após o intervalo de almoço que  
75 será das 12h30 às 14h. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** realizou a leitura dos  
76 informes e procedimentos regimentais da reunião. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
77 prosseguiu a reunião dando posse e saudando os novos membros do CNRH: o Ministério de Ciência  
78 e Tecnologia indicou o Sr. Guilherme Henrique Pereira como Conselheiro Titular e o Sr. Adriano  
79 Duarte Filho como Conselheiro Suplente; o Ministério da Integração Nacional indicou os Srs. João  
80 Reis Santana Filho e Elias Fernandes Neto como Conselheiros Titulares e o Sr. Marcelo Pereira  
81 Borges e a Sra. Cristina Gaião Peleteiro como Conselheiros Suplentes; o Ministério da Defesa  
82 indicou o Major Luiz Couto Costa Evelyn Soares como Conselheiro Titular e o Major Sebastião  
83 Moraes de Carvalho Júnior como Conselheiro Suplente; e o Ministério das Cidades indicou a Sra.  
84 Norma Lúcia de Carvalho como Conselheira Suplente. Falou ainda sobre o recebimento, nos termos  
85 do Regimento Interno do CNRH, de Requerimento de Urgência para a inclusão na pauta desta  
86 reunião da “proposta de resolução que prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio  
87 Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, para o exercício de  
88 funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica das Bacias Hidrográficas  
89 dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí”, encaminhada pela Agência Nacional de Águas (ANA). O  
90 **Conselheiro José Machado (ANA)** disse que se trata de uma matéria relevante, a qual solicita a  
91 prorrogação do prazo, até o dia 31 de dezembro de 2007, da delegação de competência ao  
92 Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí -  
93 Consórcio PCJ, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia  
94 Hidrográfica. Esse pedido se fundamenta no fato de que não há tempo hábil para apreciação da  
95 matéria pelas Câmaras Técnicas do CNRH, sendo o prazo solicitado suficiente para seu  
96 encaminhamento e análise da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais. Disse que a  
97 ANA tem uma avaliação positiva da atuação do Consórcio PCJ na função de agência de água. Por  
98 fim, solicitou ao Plenário que acolhesse o Requerimento de Urgência. A **Conselheira Ninon**  
99 **Machado (ONGs)** solicitou que os requerimentos de urgência encaminhados ao plenário do CNRH  
100 observem sempre o seu caráter excepcional com a prévia apreciação pelas Câmaras Técnicas  
101 competentes. Colocado em votação, o Requerimento de Urgência foi acolhido pelo Plenário e,  
102 assim, a matéria foi incluída na pauta. Posteriormente, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
103 **(SRHU/MMA)** perguntou se havia alguma matéria a ser retirada de pauta. O **Conselheiro Marcelo**  
104 **Sampaio (SEAP)** solicitou a retirada de pauta da proposta de moção, por ele apresentada

anteriormente, que “recomenda a instituição de organismos gestores dos Parques Aquícolas e sua integração com os Comitês de Bacia Hidrográfica”, haja vista que a matéria necessita de uma maior discussão e aperfeiçoamento. Em seguida, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** realizou, então, a leitura da nova Ordem do Dia: 1. Aprovação da Ata da XVII Reunião Ordinária do CNRH. 2. Requerimento de Urgência – Deliberação sobre proposta de resolução que “Prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá” – encaminhada pela Agência Nacional de Águas. 3. Deliberação sobre propostas de Resolução que: 3.1 – aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2008 - art. 46, inc. V, Lei nº-9.433, de 1997 - encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH; 3.2 – altera a Resolução CNRH nº-68, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece a composição e define suplências para Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais; 3.3 – dispõe sobre a divulgação de informações sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica e suas respectivas Agências de Água ou entidades delegatárias em páginas específicas da rede mundial de computadores - encaminhada pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; 3.4 - estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários - encaminhada pela CT de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. 4. Deliberação sobre propostas de Moção que: 4.1 - recomenda a divulgação de informações sobre os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em páginas específicas da rede mundial de computadores - encaminhada pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; 4.2 - recomenda a divulgação de informações sobre as representações nos órgãos colegiados do SINGREH, em páginas específicas da rede mundial de computadores, por parte dos segmentos dos Usuários de Recursos Hídricos e das Organizações Civas de Recursos Hídricos - encaminhada pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos – CTEM; 4.3 – reitera a moção CNRH nº 16 e recomenda observância das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos – encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais; 4.4 – recomenda aos Ministros de Estado e Titulares das Secretarias da Presidência da República que priorizem, nos programas, projetos e ações de suas pastas que possuam interface com recursos hídricos, as iniciativas nos Estados que estejam implementando a Política de Recursos Hídricos - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais. 5. Apresentações: 5.1 – “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia” – Srs. Juliano Matos, Presidente do Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia, e Júlio Rocha, Diretor Geral da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da Bahia; 5.2 – “Educação Ambiental, uma proposta sustentável” (Fundo de Cidadania do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani) – Sra. Flávia Olaia, professora do Centro Universitário Barão de Mauá, Ribeirão Preto/SP; 5.3 – “III Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA” – Sr. Geraldo Vitor de Abreu, Coordenador da CNMA. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** submeteu ao Plenário a nova Ordem do Dia, a qual foi aprovada. Dando continuidade aos trabalhos, passou-se para o **Item 1 - Aprovação da Ata da XVII Reunião Ordinária do CNRH**. A **Conselheira Ninon Machado (ONGs)**, com o uso da palavra, elogiou a qualidade do documento e sugeriu que: na linha 117 fosse alterada a redação para "junto a outros temas" e na linha 123 trocar a palavra *garra* por *determinação*. Solicitou, ainda, que o termo *Prestadores* apresente referência a qual tipo de prestadores. Não havendo outras manifestações, a Ata foi colocada em votação e aprovada com as alterações propostas. **Item 2 - Requerimento de Urgência – Deliberação sobre proposta de resolução que “Prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá, para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água da Bacia Hidrográfica das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiá”** – encaminhada pela Agência Nacional de Águas. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**

157 convidou o Presidente do Consórcio PCJ, Sr. José Roberto Tricoli para discorrer sobre a matéria. O  
158 **Sr. José Roberto Tricoli (Consórcio PCJ)** cumprimentou os membros do Conselho e disse que a  
159 não aprovação da proposta de resolução (**ANEXO I**) poderia causar a descontinuidade do contrato  
160 de gestão do Consórcio PCJ com a ANA comprometendo os procedimentos administrativos e o  
161 repasse dos recursos da cobrança para a bacia. Destacou que o alto índice de adimplência do  
162 pagamento pelo uso dos recursos hídricos é um indicativo da regularidade do trabalho realizado  
163 pelo Consórcio PCJ. O **Conselheiro Dalto Favero (Consórcios)** pediu, em nome da Diretoria do  
164 Consórcio PCJ, que Plenário aprovasse a resolução em discussão. Mencionou que o Comitê das  
165 Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí, em sua 8ª Reunião ordinária  
166 (5/10/2007), ratificou a indicação do Consórcio PCJ para desempenhar, por prazo determinado, as  
167 funções de Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiaí  
168 (Agência de Água PCJ). Ressaltou que a prorrogação de prazo até 31 de dezembro de 2007  
169 permitirá, em tempo hábil, a tramitação da matéria pelas competentes Câmaras Técnicas do CNRH.  
170 Findos os comentários, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** submeteu a proposta de  
171 resolução à deliberação do Plenário, ocorrendo a sua aprovação na forma apresentada. O **Sr.**  
172 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou então ao *Item 3.1 – Deliberação sobre proposta*  
173 *de resolução que aprova o Programa de Trabalho e a respectiva proposta orçamentária da*  
174 *Secretaria Executiva do CNRH para o exercício de 2008 - art. 46, inc. V, Lei nº-9.433, de 1997 -*  
175 *encaminhada pela Secretaria Executiva do CNRH.* Convidado a apresentar a matéria, o **Sr. João**  
176 **Bosco Senra (SRHU/MMA)** disse que essa proposta de resolução (**ANEXO II**) atende ao disposto  
177 na Lei 9.433, de 1997, e refere-se a proposta orçamentária para funcionamento da Secretaria  
178 Executiva do CNRH. Mencionou que o valor previsto contempla gastos com pessoal, pagamentos  
179 de passagens e diárias, realização de eventos e contratação de serviços técnicos especializados.  
180 Comentou que a projeção do número de reuniões a serem realizadas está relacionada com as  
181 atividades das Câmaras Técnicas e do CNRH, considerando que no próximo ano o CNRH deverá  
182 completar dez anos de funcionamento. Esse momento irá proporcionar uma grande reflexão para  
183 qualificar, ainda mais, a participação do CNRH na gestão dos recursos hídricos. Disse que a minuta  
184 do detalhamento dos programas do PNRH (I a VII) está em discussão no âmbito da CTPNRH e  
185 CTIL, e lembrou que os subprogramas do Programa II – Desenvolvimento Institucional da GIRH  
186 no Brasil do PNRH possuem interface com o processo de planejamento estratégico do CNRH. Por  
187 fim, informou que o detalhamento do PNRH será apresentado na reunião do CNRH do mês de  
188 dezembro. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)**, em relação à logística reversa comentada  
189 pelo Secretário Eustáquio Luciano Zica, como um dos instrumentos do projeto de Lei que dispõe  
190 sobre Política Nacional de Resíduo Sólido, quero destacar que conforme proposto está baseado  
191 especificamente na sustentabilidade ambiental, não considerando a sustentabilidade econômica e  
192 social. Disse, ainda, que o plano de atuação ligado ao licenciamento ambiental, bem como, diversos  
193 conceitos existentes no projeto de lei não são minimamente razoáveis. Mas, considerou que o  
194 CNRH deve ater-se à discussão desse projeto de lei, somente aos pontos relacionados com a Política  
195 Nacional de Recursos Hídricos. Em relação à proposta de resolução em discussão, disse que a  
196 mesma propõe aprovar um programa de trabalho, mas não foi apresentado nenhum programa de  
197 trabalho. Discordou que a realização de reuniões do CNRH e de suas Câmaras Técnicas sejam  
198 metas a serem alcançadas pela Secretaria Executiva. Sugeriu, ou que a resolução tratasse somente  
199 da aprovação da proposta de recursos orçamentários para a consecução dos objetivos da Secretaria  
200 Executiva do CNRH, ou que fosse anexado a proposta em discussão o respectivo Programa de  
201 Trabalho. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** consultou o Sr. Marley Caetano de  
202 Mendonça (SRHU/MMA) se a aprovação da resolução exigia a inclusão de um programa de  
203 trabalho ou somente poderia tratar da proposta de recursos orçamentários necessários. O **Sr. Marley**  
204 **Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que a resolução trata do Programa de Trabalho e  
205 a respectiva proposta orçamentária. Desta forma, a **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)**  
206 sugeriu a aprovação da resolução com o compromisso de que seria anexado o referido programa de  
207 trabalho e adequação das metas pretendidas. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)**  
208 recomendou não apresentar quantitativo do número de reuniões. Disse que o importante do trabalho

209 é a qualidade das reuniões e, ainda, que não seria possível quantificar um número de reuniões sem  
210 ter ciência dos debates futuros e seus desdobramentos. Propôs que a resolução fosse aprovada com a  
211 elaboração de um plano de trabalho que permitisse o suporte para o funcionamento e realização das  
212 reuniões ordinárias e extraordinárias do CNRH e de suas Câmaras Técnicas que porventura venham  
213 ocorrer. O **Conselheiro José Machado (ANA)** disse que a proposta da Conselheira Patrícia Boson  
214 era muito apropriada. Aproveitou para ressaltar a necessidade de fortalecimento do CNRH como  
215 formulador da Política Nacional de Recursos Hídricos e não meramente homologador de propostas  
216 que emanam das suas Câmaras Técnicas. Para ele, o CNRH deve pautar as suas Câmaras Técnicas e  
217 não o contrário. Acrescentou que os conselheiros são lideranças que devem olhar o cenário da  
218 Política Nacional de Recursos Hídricos e pautar as Câmaras Técnicas, com protagonismo  
219 contundente sobre as lacunas, problemas e percalços da Política Nacional de Recursos Hídricos.  
220 Exortou os Conselheiros que se dediquem de maneira sistemática a uma reflexão da Política  
221 Nacional de Recursos Hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** disse que devemos  
222 estar imbuídos do espírito que orientou a gestão do CNRH, até o momento, de produzir o melhor  
223 para a gestão dos recursos hídricos, e, ao mesmo tempo, prosseguir para a legitimidade social do  
224 CNRH. O **Conselheiro Mauro Nogueira (MPOG)** sugeriu uma modificação no texto do artigo 2º  
225 da resolução: *em conformidade com o projeto de lei do Plano Plurianual 2008/2011*. A **Conselheira**  
226 **Cristina Yuan (Indústria)** ressaltou que, de acordo com o art. 46, inc. V, Lei nº-9.433, de 1997:  
227 “competê à Secretaria Executiva do CNRH elaborar seu programa de trabalho e respectiva proposta  
228 orçamentária anual e submetê-los à aprovação do CNRH”. Portanto, de fato, é necessário a  
229 apresentação de um programa de trabalho. Disse que isso vai ao encontro das palavras do  
230 Conselheiro José Machado, quando o mesmo falou da necessidade robustecer o CNRH, qual se  
231 concretiza por meio da atuação individual dos seus conselheiros, mas também pelas resoluções  
232 aprovadas, as quais devem ter consistência e atendimento integral as disposições da lei. O  
233 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** solicitou a retirada de pauta da proposta de  
234 resolução em discussão, tendo seu pedido aceito pela mesa diretora do plenário. Nesse hiato, antes  
235 do prosseguimento para o próximo item da ordem do dia, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
236 **(SRHU/MMA)** comentou a fala da Conselheira Patrícia Boson a respeito do projeto de lei que  
237 dispõe sobre as diretrizes aplicáveis aos resíduos sólidos. Disse que a intenção foi encaminhar a  
238 proposta para o Congresso Nacional, e nessa instância aprofundar o debate com a sociedade. O  
239 projeto de lei tem o objetivo de criar uma perspectiva de uma gestão regional consorciada em  
240 sintonia com a gestão dos recursos hídricos, como também estabelecer incentivos que permitam a  
241 boa gestão dos resíduos sólidos. O **Conselheiro Flávio Neiva (Concessionárias)** indagou se o  
242 programa de trabalho citado na resolução que foi retirada de pauta integra o programa de trabalho  
243 das Câmaras Técnicas. Disse que os Conselheiros desconhecem o programa de trabalho das  
244 Câmaras Técnicas e que os mesmos devem constar do programa de trabalho do CNRH. O  
245 **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** disse que o CNRH vem produzindo muito para a  
246 gestão dos recursos hídricos. Esse trabalho qualitativo é fruto das discussões das Câmaras Técnicas,  
247 as quais muitas vezes não elaboram resoluções e moções, mas constroem uma troca de experiência  
248 e informação entre vários setores, e tem sido um espaço privilegiado de aprendizado, formação e  
249 capacitação. O CNRH precisa avançar sempre, sem, no entanto, deixar de reconhecer o trabalho de  
250 muitos que dedicaram tempo e esforços durante os quase dez anos de funcionamento do CNRH.  
251 Pediu que ficasse registrado seu apreço e confiança no CNRH. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
252 **(SRHU/MMA)** disse que é público e notório o que se produziu para consolidação da gestão dos  
253 recursos hídricos no Brasil, a partir da Lei 9.433, de 1997, e da ação desse Conselho. Disse que,  
254 atualmente, muitas críticas são dirigidas ao trabalho do CNRH. Comentou a crítica apresentada pelo  
255 Sr. Francisco Lobato, inclusive quando compara a estrutura, organização e atuação do CNRH com o  
256 Conselho Nacional de Política Energética – CNPE. Mencionou que os paralelos devem ser traçados  
257 entre os similares e iguais. O CNPE é um órgão de assessoramento do Presidente da República que  
258 formula políticas e diretrizes de energia destinadas a promover o aproveitamento racional dos  
259 recursos energéticos do País. Sendo formado por seis ministros de Estado, pelo Secretário de  
260 Assuntos Estratégicos da Presidência da República, um representante dos Estados e do Distrito

261 Federal, e um cidadão brasileiro especialista em matéria de energia. Além disso, embora o CNRH  
262 venha contribuindo por muito tempo, isso não quer dizer que não seja necessário criar uma maior  
263 interação para reciclar e vislumbrar novos horizontes de participação. O **Conselheiro José**  
264 **Machado (ANA)** disse que sua fala anterior foi com o objetivo de incentivar uma reflexão da  
265 Política Nacional de Recursos Hídricos e de todos os integrantes do seu Sistema Nacional de  
266 Gerenciamento. Destacou o trabalho exemplar do Sr. João Bosco Senra como Secretário Executivo  
267 do CNRH. A **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** ressaltou, ao corroborar com a fala do Sr.  
268 Eustáquio Luciano Zica, que o CNPE não tem o amparo constitucional do CNRH, o qual foi criado  
269 no âmbito do SINGREH, mas é sim um Conselho Federal que não respeita o controle social.  
270 Comentou que a rede mundial *Cap-net – International Network for capacity Building in Integrated*  
271 *Water Management* escolheu o Brasil para realizar sua reunião global, em dezembro. E um dos  
272 destaques do encontro será a apresentação da experiência de gestão compartilhada dos recursos  
273 hídricos realizada no Brasil. Isso significa que o nosso país é referência mundial graças ao trabalho  
274 de muitos, inclusive do CNRH. A **Conselheira Marilene Ramos (CERH-RJ/SP)** disse que,  
275 embora há muito tempo não participe das reuniões do CNRH, sua participação na presente reunião  
276 era em respeito aos conselheiros do CNRH. Entretanto, esse respeito não impede de fazer uma  
277 crítica. Comentou que a pauta dessa reunião não a motivava deixar seus afazeres no Estado do Rio  
278 de Janeiro e vir para Brasília participar da reunião. Enfatizou que o CNRH deveria discutir e tomar  
279 decisões que produzam ações efetivas. Lembrou que os recursos hídricos no Brasil estão  
280 degradados e sugeriu que por meio de uma comissão formada por conselheiros ou a Câmara  
281 Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL fosse elaborado uma reformulação completa e  
282 total do CNRH, em relação ao número de conselheiros, reuniões, câmaras técnicas que, atualmente,  
283 geram decisões que não alteram o quadro da qualidade e quantidade de água no Brasil. Em não  
284 havendo mais intervenções sobre o tema, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
285 prosseguiu a reunião dando início a discussão do *Item 3.2 – Deliberação sobre proposta de*  
286 *resolução que altera a Resolução CNRH nº-68, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece a*  
287 *composição e define suplências para Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos*  
288 *Hídricos - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais*. Convidado para encaminhar  
289 a matéria, **Sr. Marley Caetano de Mendonça (SRHU/MMA)** informou que, em virtude de  
290 abertura de uma vaga na Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços  
291 CTGRHT, decorrente da abdicação da representação dos Comitês de Bacias Hidrográficas e, em  
292 seguida, do Ministério de Ciência e Tecnologia, a Secretaria Executiva do CNRH realizou consulta  
293 aos conselheiros para manifestação de interesse na participação da referida Câmara Técnica. Disse,  
294 ainda, que somente as Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa apresentaram manifestação de  
295 interesse. Posteriormente, a matéria foi encaminhada para a CTIL, a qual referendou a solicitação e  
296 submeteu a proposta de resolução (**ANEXO III**) à deliberação do CNRH. Finalizada a  
297 apresentação, a matéria foi colocada em discussão. O **Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês)**  
298 mencionou que foi solicitada a saída da CTGRHT em razão de, na oportunidade, não haver nenhum  
299 comitê em rios transfronteiriços. Posteriormente, foi criado o comitê da bacia do Paraná III situado  
300 em região de fronteira. E, entretanto, por um problema de comunicação não foi possível encaminhar  
301 para a Secretaria Executiva do CNRH a manifestação de interesse. Desta forma, solicitou ao  
302 Plenário do CNRH a inclusão dos Comitês na composição da CTGRHT. A **Conselheira Ingrid**  
303 **Muller (OTEP)** ressaltou que as Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa apresentaram a  
304 manifestação em tempo hábil e cumpriram com os procedimentos estabelecidos pela Secretaria  
305 Executiva, e, portanto, solicitou a aprovação da resolução atendendo a manifestação da OTEP. O  
306 **Conselheiro Dalto Favero (Consórcios)** ratificou a solicitação apresentada pelo Sr. Carlos  
307 Alencastre e disse que será uma oportunidade de levar a experiência pioneira do Comitê do Paraná  
308 III para a CTGRHT. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** sugeriu que um dos  
309 interessados poderia, por meio de votação no plenário, ocupar a vaga em questão e outro poderia  
310 ficar na suplência da CTGRHT. A **Conselheira Teresa Cristina (Secretaria Especial de Políticas**  
311 **para as Mulheres)** solicitou a inclusão dessa Secretaria Especial como suplente da Câmara Técnica  
312 de Educação, Capacitação, Mobilização e Informações em Recursos Hídricos - CTEM. Disse que

313 Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, em processo de elaboração, está considerando a  
314 inserção da questão ambiental como eixo estruturante. Portanto, é de grande importância a  
315 participação da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres na CTEM. O **Sr. Marley Caetano**  
316 **de Mendonça (SRHU/MMA)** disse que a resolução em discussão não tratava da composição da  
317 CTEM, que isso seria motivo de um outro processo. Finalizada a discussão, o **Sr. Eustáquio**  
318 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou a proposta de resolução em votação, que foi aprovada com a  
319 inclusão dos Comitês de Bacia Hidrográfica na suplência da CTGRHT (**Anexo IV**). Foi solicitado o  
320 registro de abstenção do **Conselheiro Marcelo Sampaio (SEAP)**. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
321 **(SRHU/MMA)** passou então ao *Item 3.3 – Deliberação sobre proposta de resolução que dispõe*  
322 *sobre a divulgação de informações sobre os Comitês de Bacia Hidrográfica e suas respectivas*  
323 *Agências de Água ou entidades delegatárias em páginas específicas da rede mundial de*  
324 *computadores - encaminhada pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e*  
325 *Informação em Recursos Hídricos – CTEM*. Convidado a apresentar a matéria, o **Conselheiro**  
326 **Demetrios Christofidis**, Presidente da CTEM disse que a proposta de resolução (**ANEXO V**) foi  
327 originada de uma série de pesquisas feitas pela Sra. Maria Manuela, da SRHU/MMA. A matéria  
328 teve um longo processo de discussão na CTEM e na CTIL e tem como objetivo proporcionar maior  
329 difusão de informações e atender as premissas de descentralização, participação local e aumento da  
330 informação. A **Conselheira Cristina Yuan (Indústria)** considerou extremamente meritória a  
331 iniciativa da CTEM. Todavia, a resolução não cita, e tampouco se articula, com o Sistema de  
332 Informações sobre Recursos Hídricos, um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos  
333 Hídricos estabelecido pela Lei 9.433/97. Logo, essa proposta de resolução não apresenta a devida  
334 vinculação ao sistema de informações gerando um ato de dissociação ao que é estabelecido pela Lei  
335 9.433/97. A **Conselheira Patricia Boson (Indústria)** chamou atenção para o art. 1º. "os Comitês de  
336 Bacia Hidrográfica e suas Agências de Água ou entidades delegatárias das funções de Agência de  
337 Água disponibilizarão na rede mundial de computadores informações básicas atualizadas sobre a  
338 sua organização e funcionamento". Comentou que os comitês de bacia não são pessoas jurídicas e,  
339 portanto, não passíveis de obrigações. Disse que, atualmente, só existem duas agências de bacia no  
340 País, dessa forma, o CNRH estaria aprovando uma resolução para somente duas agências. A  
341 **Conselheira Maria Zita Timbó (Comitês)** mencionou que os comitês de bacia hidrográfica terão  
342 dificuldades de cumprir a proposta de resolução caso não haja disponibilização dos recursos  
343 financeiros. O **Conselheiro José Machado (ANA)** disse que a ANA está elaborando o Sistema de  
344 Informações sobre Recursos Hídricos - SNIRH previsto na Lei 9.433/97. Mencionou que seria  
345 oportuna uma apresentação no CNRH sobre o estágio de construção do SNIRH, o qual seguramente  
346 deverá incorporar as informações propostas pela resolução em discussão. Assim, sugeriu que a  
347 resolução retorne ao debate após a apresentação sobre o SNIRH. A **Conselheira Ninon Machado**  
348 **(ONGs)** reconheceu o objetivo da resolução de promover a transparência e a prestação de contas. O  
349 **Conselheiro Dalto Favero (Consórcios)** alegou que é preciso mais tempo para refletir sobre a  
350 proposta de resolução, e, além disso, é necessário melhorar a estrutura dos comitês. Sugeriu que a  
351 proposta de resolução fosse apresentada na forma de moção. A **Conselheira Ingrid Muller**  
352 **(OTEP)** mencionou que o projeto do SNIRH proposto pela ANA é bastante audacioso e deverá  
353 conter muitas informações sobre o sistema de gerenciamento de recursos hídricos. No seu  
354 entendimento, a proposta de resolução tem o mérito de promover a divulgação de informações  
355 básicas, principalmente, para os atores locais. Disse que as Secretarias Estaduais de Recursos  
356 Hídricos poderiam abrigar em seus sítios eletrônicos as informações solicitadas. Desta forma,  
357 solicitou a aprovação da matéria. O **Conselheiro Carlos Hugo Sampaio (MJustiça)** disse que não  
358 via nenhum impedimento para aprovação da resolução e sua implementação não requer recursos  
359 humanos, tecnológicos e financeiros demasiados. Considerou desnecessário esperar a  
360 implementação do SNIRH para termos a oportunidade de acessar informações básicas. Destacou  
361 que a aprovação da resolução será um estímulo aos comitês para a organização e divulgação de  
362 informações tão relevantes. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** comentou que a presente  
363 discussão é um exemplo para os que consideram a pauta do CNRH pouco específica. Sugeriu que  
364 os mesmos participem das reuniões do CONAMA e verifiquem o que são discussões inócuas para o



365 meio ambiente do País. Afirmou que várias resoluções do CONAMA não possuem respaldo legal e  
366 constitucional, mas são cumpridas por causa da ação do Ministério Público. Por outro lado, disse  
367 ser necessário distinguir o objetivo de uma resolução e moção. Moção é um estímulo e resolução  
368 gera uma obrigação. Se o objetivo da matéria é promover um estímulo a divulgação de informações,  
369 a deliberação adequada seria uma moção. Sugeriu que a proposta retornasse à CTEM para  
370 incorporação das questões legais, integração com o SNIRH e transformá-la em uma moção. O  
371 **Conselheiro José Machado (ANA)** informou que a responsabilidade de divulgação de informações  
372 sobre os comitês é do órgão gestor, pois o mesmo coordena o processo de implementação e  
373 consolidação dos comitês. Portanto, a proposta de deliberação deveria ser direcionada aos órgãos  
374 gestores, e não aos comitês e agências de bacia. Sugeriu, ainda, que a proposta fosse transformada  
375 em moção. O **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)** comentou que a proposta de resolução  
376 trata de níveis de informação diferentes em relação ao SNIRH. Trata-se de informações básicas que  
377 permitam e ampliem a participação da população local e demais atores interessados na dinâmica das  
378 discussões ocorridas nos comitês. Em seguida, para esclarecimentos, a palavra foi passada a **Sra.**  
379 **Maria Manuela (SRHU/MMA)** que, primeiramente, lembrou a todos que a Lei 9.433/97 cita a  
380 gestão descentralizada e participativa, mas só participa quem recebe a carta convite do comitê. Ou  
381 seja, o cidadão que quer participar não tem como saber quem o representa ou quando ocorrerão as  
382 reuniões. Por fim, a **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** pediu vista à proposta de resolução  
383 em discussão. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** informou que, regimentalmente, o  
384 pedido de vista estaria concedido, o que dispensaria a continuidade das discussões. Estabeleceu que  
385 a Conselheira Patrícia Boson encaminhasse parecer, em 15 dias, com as justificativas que seriam  
386 apreciadas por esse Plenário para decidir o encaminhamento da proposta de resolução em questão.  
387 A **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** disse que estava a disposição para receber sugestões.  
388 Em seguida, às 12h40, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** propôs pausa para almoço. O  
389 retorno ocorreu às 14h24, quando o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** deu continuidade  
390 aos trabalhos com o próximo ponto da ordem do dia. *Item 3.3 – Deliberação sobre proposta de*  
391 *resolução que estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e*  
392 *a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários -*  
393 *encaminhada pela Câmara Técnica de Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações*  
394 *Reguladoras – CTPOAR.* convidada a apresentar a matéria (ANEXO VI), a **Sra. Leila de**  
395 **Carvalho Gomes**, Presidente da CTPOAR lembrou que o conflito relacionado com água mineral e  
396 recursos hídricos em alguns Estados é latente. Isso gerou uma demanda de vários órgãos gestores  
397 estaduais, a qual foi discutida no âmbito da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas - CTAS e a de  
398 Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras – CTPOAR. Recordou que  
399 durante os debates na CTAS não houve consenso se a água mineral deveria ou não estar sujeita à  
400 outorga do setor minerário e do sistema de recursos hídricos. Por consequência, foi criado um  
401 Grupo de Trabalho com membros das duas Câmaras Técnicas e realizadas consultas aos jurídicos  
402 do Ministério do Meio Ambiente e do Ministério de Minas e Energia. Sendo os pareceres dos dois  
403 ministérios conflitantes, posteriormente, a questão foi encaminhada a Advocacia Geral da União, a  
404 qual recomendou que não seriam necessárias duas outorgas e que os sistemas deveriam se integrar  
405 em busca de uma solução. Desta forma, a proposta de resolução procurou harmonizar as questões  
406 divergentes e gerar diretrizes para um trabalho conjunto e articulado. Finalizada a apresentação, a  
407 matéria foi colocada em discussão. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** mencionou  
408 sua satisfação em ver essa proposta de resolução sendo discutida no plenário do CNRH. Destacou o  
409 trabalho dos representantes dos segmentos envolvidos na construção de uma proposta de consenso.  
410 Isso remete a um dos aspectos do Plano Nacional de Recursos Hídricos referente à importância da  
411 integração e da intersetorialidade. Citou como momento marcante no processo de discussão a  
412 realização de uma reunião conjunta da CTPOAR e CTAS, em São Lourenço-MG, na qual foi  
413 possível identificar as consequências da falta dessa integração. Finalizou parabenizando os  
414 membros das duas Câmaras Técnicas e solicitou ao Plenário a aprovação da proposta de resolução.  
415 Nesse momento, a **Conselheira Patrícia Boson (Indústrias)** lamentou a ausência da Conselheira  
416 Marilene Ramos (CERH-RJ/SP), pois essa resolução é um importante motivo para justificar a



417 presença de todos os conselheiros no plenário do CNRH. Mencionou que essa proposta de  
418 resolução é resultado de um longo processo de discussão por se tratar de temas conflitantes em  
419 relação aos aspectos técnicos e legais, cujo custo de transação se justifica, porque, agora, ela possui  
420 respaldo técnico e legal para ser aplicada. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** destacou  
421 um aspecto importante da fala da Conselheira Patrícia Boson. Disse que muitas pessoas, ao  
422 considerar o custo de transação, analisam o custo e benefício por meio do resultado material e  
423 imediato sem pensar no processo de construção. A democracia pressupõe um custo maior do que o  
424 resultado aritmético obtido. Essa resolução, que tem como resultado a viabilidade de um sistema,  
425 pode ter uma relação de custo/benefício positiva. Entretanto, a democracia não pode ser analisada  
426 de acordo com o custo transacional de cada um de seus episódios. O **Conselheiro Miguel Antônio**  
427 **Cedraz (MME)** disse que na qualidade de Diretor Geral do Departamento Nacional de Produção  
428 Mineral - DNPM deposita o maior e irrestrito apoio a proposta de resolução. Foram longos três anos  
429 de discussão nas câmaras técnicas com o objetivo de resguardar as legislações concorrentes. Essa  
430 resolução representa o êxito de todo processo e expressa a capacidade e amadurecimento do CNRH,  
431 em termos de encontrar o caminho do consenso. Além disso, a proposta de resolução respeita as  
432 duas legislações competentes e integra as informações dos dois sistemas promovendo o melhor  
433 aproveitamento de recursos inestimáveis. A **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** parabenizou a  
434 Sra. Leila Leila Gomes e o Sr. Carlos Simanke, Presidente da CTAS, bem como todos os que  
435 participaram desse processo de discussão. Disse que a participação da sociedade e, em particular, da  
436 comunidade local foi importante na negociação de uma alternativa de consenso. Essa resolução tem  
437 o intuito de exercer a articulação, a qual é a grande meta da gestão dos recursos hídricos. A  
438 **Conselheira Cristina Yuan (Indústria)** parabenizou o trabalho das duas Câmaras Técnicas e  
439 sugeriu uma verificação no uso da expressão órgão gestor de recursos hídricos e/ou órgãos gestores  
440 de recursos hídricos. Disse que nos arts 5º, 8º e 10º, talvez, a determinação seja para o órgão gestor  
441 ou para os órgãos gestores, conforme o caso. O **Conselheiro Miguel Antonio Cedraz (MME)**  
442 disse que no caso dos arts 5º e 8º a redação estava correta. Mas, em relação ao art. 10º, concordou  
443 com a Conselheira Cristina Yuan, e disse que o certo seria utilizar órgão gestor competente de  
444 recursos hídricos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** colocou então a proposta de  
445 resolução em votação, dizendo que em seguida faria o mesmo para os destaques apresentados pela  
446 Sra. Cristina Yuan (Indústria). A proposta de resolução foi aprovada. O **Conselheiro João Bosco**  
447 **Senra (SRHU/MMA)** sugeriu que a questão apresentada pela Conselheira Cristina Yuan fosse  
448 mantida e que, ao encaminhar a resolução para análise pela consultoria jurídica, essa proposta seria  
449 avaliada e definido a sua forma mais adequada. Não havendo manifestações contrárias, a proposta  
450 de resolução foi aprovada com a formulação apresentada pela Conselheira Cristina Yuan a ser  
451 ajustada pela Consultoria Jurídica do MMA. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
452 passou então ao **Item 4.1 - recomenda a divulgação de informações sobre os Conselhos Estaduais**  
453 **de Recursos Hídricos em páginas específicas da rede mundial de computadores - encaminhada**  
454 **pela CT de Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos –**  
455 **CTEM.** Convidado a apresentar a matéria, o **Conselheiro Demetrios Christofidis (MEC)**,  
456 Presidente da CTEM, considerando o pedido de vista da resolução apresentada no item 3.3 da  
457 ordem do dia, solicitou a retirada da pauta dos itens 4.1 e 4.2. Sugeriu que o pedido de vista  
458 apresentado pela Conselheira Patrícia Boson abrangesse também as duas propostas de moção  
459 encaminhadas pela CTEM na presente reunião do CNRH. A **Conselheira Patrícia Boson**  
460 **(Indústria)** concordou e diante do exposto também pediu vista para as propostas de moção  
461 constantes dos itens 4.1 e 4.2 da ordem do dia. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**  
462 informou que, regimentalmente, os pedidos de vista estariam concedidos, o que dispensaria a  
463 continuidade das discussões. **Item 4.3 – reitera a moção CNRH nº-16 e recomenda observância**  
464 **das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos – encaminhada pela CT de Assuntos**  
465 **Legais e Institucionais.** Para a apresentação da matéria foi convidado o Sr. Márley Caetano de  
466 Mendonça, Presidente da CTIL, que passou a palavra ao **Sr. Wilson de Azevedo Filho**,  
467 representante do segmento Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo na CTIL, que, com o  
468 uso da palavra, disse que reformas administrativas estaduais, realizadas após a posse dos novos

governadores eleitos em 2006, poderiam comprometer a gestão de recursos hídricos e enfraquecer a sua política. Para ele, o CNRH deveria manifestar a respeito deste assunto e por isto a proposta de moção (**ANEXO VII**). Argumentou sobre a importância da manutenção nas estruturas administrativas estaduais da condição adequada que permita a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos. Disse que no decorrer das discussões na CTIL foi proposta uma moção dirigida a todos os governadores de Estado e do DF ratificando as linhas gerais da Moção CNRH nº 16 e recomendando observância às diretrizes do PNRH. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu a participação do Sr. Wilson de Azevedo, e colocou a matéria em discussão. A **Conselheira Isabela Lieberenz (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo)** solicitou o referendo dos demais membros do CNRH para aprovação da proposta de moção. Disse que a implementação da Política de Recursos Hídricos depende da manutenção da estrutura institucional e técnica das administrações públicas. A matéria foi colocada em votação e aprovada por unanimidade. *Item 4.4 – recomenda aos Ministros de Estado e Titulares das Secretarias da Presidência da República que priorizem, nos programas, projetos e ações de suas pastas que possuam interface com recursos hídricos, as iniciativas nos Estados que estejam implementando a Política de Recursos Hídricos - encaminhada pela CT de Assuntos Legais e Institucionais.* Convidado a apresentar a matéria, o **Sr. Wilson de Azevedo Filho** lembrou que a elaboração desta proposta de moção (**Anexo VIII**) foi uma demanda resultante de discussões realizadas em reuniões anteriores da CTIL. Continuou dizendo que os objetivos da proposta seriam a promoção da transversalidade, a integração das políticas públicas e o desenvolvimento sustentável. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** destacou a importância da proposta de moção e pediu pela sua aprovação. Comentou que, no início do ano, a SRHU/MMA desenvolveu um trabalho junto aos Conselheiros do CNRH representantes do Governo Federal com o intuito de incorporar as ações e programas do PNRH no Plano Plurianual, em articulação com os programas dos outros ministérios. É essencial apoiar o SINGREH para garantir o atendimento das demandas decorrentes da gestão de recursos hídricos. O **Conselheiro José Machado (ANA)** apresentou sua satisfação com a presente proposta de moção. Mencionou a possibilidade do CNRH elaborar um projeto de lei para criação de mecanismos indutores da Política de Recursos Hídricos, a qual requer pactos e articulações que dependem da visão do governante, do grau de amadurecimento do Estado, da mobilização social e outros fatores. Para ele, o CNRH precisar exercer um papel mais contundente no sentido de forçar os governos estaduais a avançar na gestão dos recursos hídricos. Nessa direção, citou como exemplo, a Diretiva Quadro sobre Água (DQA) adotada pelo Parlamento Europeu em 2000, a qual estabeleceu metas e sanções se configurando em uma combinação de vontades e incorporando a partir do consenso, a noção de que cada País, Estado, tem metas a serem cumpridas com sanções a serem aplicadas. Ponderou que, num momento futuro, deveremos estabelecer um pacto federativo baseado em uma lei, uma obrigação legal para os Estados cumprirem certos compromissos com o SINGREH. Enfim, mencionou que a proposta de moção aponta para essa preocupação e declarou seu apoio para aprovação da matéria. O **Conselheiro João Bosco de Almeida (CERH-PE/PB)**, Secretário de Recursos Hídricos do Estado de Pernambuco, saudou todos os Conselheiros e disse que o Estado de Pernambuco reconhece o CNRH como um fórum da mais alta importância para o debate e deliberações sobre os recursos hídricos do Brasil. Em relação a proposta de moção, apresentou sua preocupação com o texto do item III, quando cita viabilidade econômica e financeira. Evidentemente, será necessário a alocação de recursos financeiros não-onerosos para propiciar a viabilidade e execução dos projetos nos Estados que não possuam capacidade financeira adequada. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústria)** parabenizou a iniciativa e solicitou um esclarecimento sobre o objetivo da moção. Questionou se a intenção era dar prioridade aos programas, projetos e ações dos Ministérios relacionados com recursos hídricos ou priorizar os programas e projetos dos Estados nas ações dos Ministérios, ou seja, priorizar apoio e repasse de recursos para os Estados que estão implementando a Política Nacional de Recursos Hídricos nos Programas dos Ministérios. Em seguida, a **Conselheira Patrícia Boson (Indústria)** apresentou proposta de redação (**ANEXO IX**). O **Conselheiro João Bosco Senra (SRHU/MMA)** sugeriu que a modificação apresentada pela

521 Conselheira Patrícia Boson fosse aprovada pelo CNRH e que a consultoria jurídica avaliasse e  
522 definisse a forma mais adequada, considerando o mérito da modificação proposta pela Conselheira  
523 Patrícia Boson. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)**, encaminhando a matéria, colocou  
524 em votação a proposta de moção sendo aprovada por unanimidade com as alterações feitas pela  
525 Conselheira Patrícia Boson. Encerradas as deliberações, passou-se às apresentações previstas na  
526 Ordem do dia. Antes de passar ao próximo item da pauta, o **Conselheiro João Bosco Senra**  
527 **(SRHU/MMA)** apresentou os produtos desenvolvidos pela SRHU no âmbito do projeto do  
528 Aquífero Guarani: i) CD-ROM Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do  
529 Sistema Aquífero Guarany – Resultado dos Fundos de Cidadania e Universidades; ii) Vídeo  
530 Documental O Magnífico Guarani; iii) CD-ROM Manual de Perfuração de Poços Tubulares  
531 Profundos no Sistema Aquífero Guarani; iv) Águas Subterrâneas – Um Recurso a Ser Conhecido e  
532 Protegido; e v) Mapa Base – Proyecto para la Protección Ambiental y Desarrollo Sostenible del  
533 Sistema Aquífero Guarani, frutos do trabalho integrado dos quatro países: Argentina, Brasil,  
534 Paraguai e Uruguai. Mencionou que o Projeto do Aquífero Guarani deverá desenvolver outros  
535 produtos com informações para estabelecer mecanismos de proteção, de forma a assegurar uma  
536 gestão sustentável. Logo após, o **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou então, em  
537 função de inversão de pauta, ao **Item 5.2 – “Educação Ambiental, uma proposta sustentável”**  
538 **(Fundo de Cidadania do Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do**  
539 **Sistema Aquífero Guarani)**. Convidou a **Sra. Flávia Olaia**, professora do Centro Universitário  
540 Barão de Mauá, de Ribeirão Preto-SP, para realizar a apresentação (**ANEXO X**) que iniciou dizendo  
541 que o objetivo do projeto era sensibilizar e conscientizar o Poder Público, a sociedade e demais  
542 atores sobre: i) a gravidade dos estoques de água doce no planeta; ii) o uso indiscriminado, a  
543 contaminação, a poluição e a degradação dos mananciais subterrâneos em especial o Aquífero  
544 Guarani; e iii) conseqüências para o futuro próximo da humanidade. Posteriormente, apresentou  
545 uma caracterização das condições sociais, econômicas, e de ocupação e ordenamento territorial da  
546 região de estudo, a cidade de Ribeirão Preto-SP. Mencionou que no processo de educação ambiental  
547 foram utilizados diversos instrumentos, como por exemplo, elaboração e distribuição de material  
548 gráfico – confecção de painéis; teatro, circo, atividades esportivas, culturais e artísticas; palestras;  
549 entrevistas; exposição de painéis e mostra de vídeo. Dentre as atividades realizadas destacou as  
550 seguintes: 02 Eventos Públicos CIRCO GUARANI - Público Infante-juvenil em Ribeirão Preto e  
551 Luiz Antônio; 08 Exposições e Mostra de Vídeo Guarani; 01 Apresentação de Teatro – Ensino  
552 Infantil; 17 Palestras - Ensino Fundamental e Médio; 10 Palestras – Ensino Universitário; e 10  
553 Apresentações em Congressos e Seminários. Comentou que o projeto contou com a ajuda de  
554 diversos colaboradores dentre alunos universitários, professores e profissionais de diversas áreas de  
555 formação. Informou que o total de público atingindo em palestras, eventos, congressos, simpósios e  
556 seminários foi superior a setenta mil pessoas. Finalizou agradecendo a oportunidade de mostrar o  
557 trabalho que foi e tem sido uma experiência gratificante. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica**  
558 **(SRHU/MMA)** parabenizou a Sra. Flávia Olaia pelo brilhante trabalho realizado, o qual representa  
559 um instrumento para mostrar à sociedade a importância dos recursos hídricos. O **Conselheiro João**  
560 **Bosco Senra (SRHU/MMA)** disse que esse projeto é um resultado concreto das ações do Projeto  
561 do Aquífero Guarani. A **Conselheira Ninon Machado (ONGs)** informou que estão disponíveis na  
562 página eletrônica da CAP-NET Brasil (<http://www.capnet-brasil.org>) inscrições para a “Semana de  
563 Desenvolvimento de Capacidades no Âmbito do Projeto Piloto do Sistema Aquífero Guarani”. O  
564 **Conselheiro Carlos Alencastre (Comitês)** disse que o Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Pardo  
565 preocupado com a elevada exploração de água no município de Ribeirão Preto tomou a iniciativa de  
566 criar uma área de restrição para criação de novos poços na região. Após as manifestações, o **Sr.**  
567 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** passou ao **Item 5.3 – “III Conferência Nacional do**  
568 **Meio Ambiente - CNMA” – Sr. Geraldo Vitor de Abreu, Coordenador da III CNMA. (ANEXO**  
569 **XI)** O **Sr. Geraldo de Abreu** disse que a Conferência Nacional do Meio Ambiente - CNMA é um  
570 instrumento de educação ambiental e democracia participativa e cumpre as diretrizes do Ministério  
571 do Meio Ambiente. Em seguida, fez um breve histórico das últimas duas conferências realizadas.  
572 Apresentou as principais ações resultantes da CNMA: i) PAS – Plano de Desenvolvimento

573 Sustentável da Amazônia; Plano de Prevenção e Combate ao Desmatamento na Amazônia; ii) BR-  
574 163 Sustentável: Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR;  
575 iii) Constituição das Comissões Técnicas Tripartites; e iv) Plano Nacional de Capacitação de  
576 Gestores Públicos Municipais. Disse que os objetivos específicos da III CNMA, prevista para maio  
577 de 2008, são contribuir para a construção da Política e do Plano Nacional de Mudanças Climáticas e  
578 analisar e definir a institucionalização e periodicidade da Conferência Nacional do Meio Ambiente.  
579 A III CNMA terá os seguintes eixos temáticos: i) aspectos científicos das mudanças climáticas; ii) o  
580 regime internacional das mudanças climáticas; iii) o Brasil e as mudanças climáticas; iv) educação  
581 ambiental e mudanças climáticas. O **Sr. Geraldo de Abreu** detalhou informações sobre os  
582 participantes da Conferência e as formas de escolha dos mesmos. Lembrou que os membros do  
583 CNRH são considerados delegados natos da CNMA. Em seguida, apresentou o calendário das  
584 conferências estaduais e municipais com destaque para o processo de mobilização. Por fim, o **Sr.**  
585 **Geraldo de Abreu** solicitou o apoio e a participação de todos no processo de mobilização para  
586 ampliar o reconhecimento e importância da CNMA com a consolidação dessa ação como forma de  
587 pensar e realizar ações políticas para a área ambiental com a participação da sociedade. O **Sr.**  
588 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu ao Sr. Pedro Ivo pela sua apresentação. A  
589 **Conselheira Patrícia Boson (Indústria)** informou que o setor empresarial não atingiu sua cota de  
590 participação na II CNMA por não concordar com o processo de escolha, pois o setor empresarial  
591 entendia que a escolha dos seus delegados deveria ser realizado por ele próprio. Essa e outras  
592 questões levaram a Confederação Nacional das Indústrias - CNI, por meio de seu Conselho de  
593 Empresários para o Meio Ambiente, decidir por não participar da III CNMA. Nesse momento, o **Sr.**  
594 **Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** anunciou a presença do Conselheiro Elias Fernandes  
595 Neto, Diretor Geral do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas – DNOCS. A **Conselheira**  
596 **Ninon Machado (ONGs)** disse que as conferências municipais de meio ambiente são realizadas  
597 sem a percepção do recorte espacial das bacias hidrográficas. Assim, é importante que essas  
598 conferências destaquem a gestão dos recursos hídricos considerando a bacia hidrográfica. Solicitou  
599 a revisão por parte da CNI sobre sua decisão de não participar da III CNMA. O **Sr. Eustáquio**  
600 **Luciano Zica (SRHU/MMA)** disse que iria pessoalmente conversar com o Sr. Armando Monteiro,  
601 Presidente da CNI, sobre a participação dessa Confederação. O **Sr. Geraldo de Abreu** disse que a  
602 Comissão Organizadora do CNMA está desenvolvendo esforços junto a CNI para que a mesma não  
603 perca a oportunidade de participar. Em relação a questão do recorte da bacia hidrográfica, disse que  
604 as comissões organizadoras locais têm autonomia para utilizar o recorte considerado pelas mesmas  
605 como mais adequado para sua mobilização. Isso é importante para garantir a liberdade de decisão  
606 dessas organizações locais. **Item 5.1 – “O Conselho Estadual de Recursos Hídricos da Bahia”.** O  
607 **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** disse que essa apresentação faz parte de um projeto  
608 de integração do CNRH com os Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos. Logo após, concedeu a  
609 palavra ao Sr. Júlio da Rocha, Diretor Geral da Superintendência de Recursos Hídricos do Estado da  
610 Bahia. (ANEXO XII) O **Sr. Júlio Rocha** cumprimentou os presentes e prosseguiu falando da  
611 satisfação em estar nesta reunião. Informou que o Presidente do Conselho Estadual de Recursos  
612 Hídricos da Bahia (CONERH/BA) e também Vice-Presidente do Comitê da Bacia do Rio São  
613 Francisco é o Sr. Juliano Matos, Secretário Estadual de Meio Ambiente. Em seguida, apresentou as  
614 atribuições do CONERH/BA e a sua composição atual: i) o Secretário de Meio Ambiente e  
615 Recursos Hídricos, que o preside; ii) 10 (dez) representantes do Poder Público Estadual; iii) 02  
616 (dois) representantes do Poder Público Municipal; iv) 05 (cinco) representantes dos usuários de  
617 recursos hídricos; v) 03 (três) representantes da sociedade civil organizada, sem interesse  
618 econômico direto no uso dos recursos hídricos. Ressaltou a participação das populações tradicionais  
619 no segmento da sociedade civil presente no conselho estadual. Informou que, em breve, deverá  
620 ocorrer uma ampliação do número de membros do conselho para 31 representantes, inclusive com a  
621 participação dos comitês de bacia hidrográfica. Mencionou que desde o início do novo Governo,  
622 vigorosos passos vêm sendo dados para ampliação de conquistas, entre estes destacam-se: i)  
623 ampliação da gestão participativa com o lançamento de edital para criação de mais onze (11)  
624 comitês de bacia, que somados aos 06 (seis) já existentes (Itapicuru, Paraguaçu, Recôncavo Norte e

625 Inhambupe, Leste, Salitre, Verde e Jacaré), completa o panorama estadual; ii) ampliação dos  
626 instrumentos de gestão com aprimoramento da outorga; iii) instituição do poder de polícia; iv)  
627 regulamentação do Conselho Estadual de Recursos Hídricos – CONERH, tendo a SRH como  
628 Secretaria Executiva; v) regulamentação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos – FERHBA; vi)  
629 implantação das diretorias provisórias do Comitê do Rio das Contas, Comitê do Rio Grande,  
630 Sobradinho e Corrente; vii) instituição da CTIL e Câmara de Planos; viii) revisão do Plano Estadual  
631 de Recursos Hídricos e Planos de Bacia; ix) implantação do Monitoramento quanti-qualitativo das  
632 bacias hidrográficas. O **Sr. Júlio da Rocha** comentou que a consolidação dos comitês de bacia é um  
633 passo importante, mas também é necessário implantar o enquadramento dos corpos de água e a  
634 cobrança pelo uso dos recursos hídricos. Em relação a questão da fiscalização, mencionou que o  
635 Governo do Estado deverá nos próximos quatro anos contratar 269 funcionários, por meio de  
636 concurso público, para a gestão dos recursos hídricos. Declarou que durante a próxima reunião da  
637 ABRH em São Paulo irá levar a proposta de criação do Fórum Nacional de Órgãos Estaduais de  
638 Recursos Hídricos com intuito estruturar uma política que aproxime os órgãos estaduais para  
639 discutir o foco e atuação desses órgãos. O **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** agradeceu  
640 e cumprimentou os gestores dos recursos hídricos na Bahia e o Governador Jacques Wagner pela  
641 preocupação com a gestão integrada dos recursos hídricos e a articulação com os diversos atores e  
642 segmentos da sociedade. Agradeceu a participação dos 10 conselheiros do CNRH que serão  
643 representantes do CNRH no I Encontro Nacional de Colegiados Ambientais, que terá sua abertura  
644 hoje, às 18h, no auditório da LBV, mas estando todos convidados a participar. Nesse momento, o  
645 **Sr. Eustáquio Luciano Zica (SRHU/MMA)** teve que se ausentar do Plenário por motivo de  
646 viagem e solicitou que o Conselheiro Gualter de Carvalho (MME), então o Conselheiro mais antigo  
647 no âmbito do Colegiado, o substituisse na condução da mesa diretora dos trabalhos da presente  
648 reunião. O **Conselheiro Gualter de Carvalho (MME)** disse que o CNRH é uma oficina de prática  
649 de cidadania e avaliação institucional. As pessoas que fazem observações sobre o CNRH podem  
650 fazer observações críticas ou elogiosas, as quais têm a mesma importância. Isso mostra o  
651 dinamismo do CNRH. Mencionou que o CNRH propicia muitas articulações derivadas desse  
652 ambiente que permite a resolução de problemas de grande interesse nacional. O **Conselheiro João**  
653 **Bosco Senra (SRHU/MMA)** mencionou que a apresentação do Sr. Júlio da Rocha marcou o início  
654 de uma etapa do CNRH com o objetivo de mostrar e compartilhar o dinamismo dos entes da  
655 federação no SINGREH. A **Conselheira Patrícia Boson (Indústria)** parabenizou a iniciativa das  
656 apresentações dos Conselhos Estaduais e disse que a proposta de criação de um fórum de órgãos  
657 gestores é muito importante para fortalecer o SINGREH, pois atualmente existe um  
658 enfraquecimento do SINGREH com afastamento dos princípios estabelecidos da Lei 9.433/97 e  
659 perda da identidade dos órgãos gestores de recursos hídricos. Em seguida, O **Conselheiro Gualter**  
660 **de Carvalho (MME)** passou aos **Informes**. A SRHU/MMA estará realizando o Seminário  
661 “Recursos Hídricos no Ambiente Urbano: integração de sistemas” nos próximos dias 5, 6 e 7 de  
662 novembro, em Brasília-DF, tendo como objetivo o início a construção de uma agenda comum de  
663 trabalho que busque a integração dos sistemas de recursos hídricos e a gestão ambiental, por meio  
664 da promoção de um espaço para a discussão, a divulgação, o aprofundamento e a troca de  
665 experiências sobre temas relacionados a políticas, instrumentos de gestão, programas e recursos  
666 financeiros. Informou também sobre Expozaragoza 2008, evento que pertence à categoria de  
667 Exposições Internacionais, organizadas em torno de um tema concreto de interesse universal. O  
668 tema eleito para 2008 foi “Água e Desenvolvimento Sustentável”. Acontecerá de 14 de junho a 14  
669 de setembro de 2008 em Zaragoza, Espanha. Dada a temática do evento, o MMA é responsável pela  
670 articulação da participação dos expositores brasileiros, tendo sido designado Comissário-Geral do  
671 Brasil no evento o diretor do Departamento de Recursos Hídricos da SRHU/MMA, Sr. João Bosco  
672 Senra, responsável pela coordenação do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) encarregado de  
673 mobilizar e estruturar tal participação e a ANA foi designada a Secretaria Técnica da Exposição,  
674 representada pelo Sr. Fabrício Amilívia Barreto. A organização das atividades do Brasil na  
675 Exposição passa pela mobilização e articulação dos diversos segmentos relacionados à gestão de  
676 recursos hídricos, principalmente participantes do SINGREH. O tema do stand do Brasil concentra-

677 se nas três grandes bacias hidrográficas do Amazonas, São Francisco e Prata, incluindo as bacias do  
678 Paraguai, Paraná e Uruguai. E o dia Nacional do País será dia 15 de junho de 2008, sendo esta uma  
679 oportunidade impar para a nossa participação. Maiores informações no site  
680 <http://expozaragoza.cnrh-srh.gov.br> e <http://www.expozaragoza2008.es>. A **Conselheira Maria Zita**  
681 **Timbó (Comitês)** apresentou uma Cartilha sobre Educação Ambiental na Gestão das Águas da  
682 Região Metropolitana de Fortaleza produzido pelo Comitê das Bacias Hidrográficas da Região  
683 Metropolitana de Fortaleza em parceria com Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos –  
684 COGERH. O **Conselheiro Gualter de Carvalho (MME)** agradeceu a presença de todos os  
685 Conselheiros e ressaltou a satisfação do Ministério de Minas e Energia em sediar a XVIII Reunião  
686 Ordinária do CNRH. O **Conselheiro João Bosco Senra (SRH/MMA)** anunciou que a próxima  
687 reunião do CNRH será realizada nos dias 10 e 11 de dezembro e que um dos pontos de pauta será a  
688 detalhamento dos programas e subprogramas do PNRH. **Encerramento.** Assim, às 17h26, o  
689 **Conselheiro Gualter de Carvalho (MME)** declarou encerrada a XVIII Reunião Ordinária do  
690 Conselho Nacional de Recursos Hídricos e disse que, uma vez aprovada pelo Plenário do CNRH, a  
691 presente ata seria assinada pelo Secretário Executivo do CNRH, e pela Ministra Marina Silva,  
692 Presidente do CNRH.

693

694 Ata aprovada na XXI Reunião Extraordinária do CNRH, realizada em 10 de dezembro de 2007.

695

696

697

698

Marina Silva  
Presidente

Eustáquio Luciano Zica  
Secretário Executivo